

PLANO DECENAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO – PDMASSp

Considerado que nenhum profissional em sua graduação é formado na política de assistência social é preciso na gestão do trabalho exercer um esforço para que ocorra apropriação do conteúdo dessa política. Há iniciativas nessa direção, mas que não são conhecidas ou incorporadas pela gestão. Ocorre em alguns territórios estratégias de diálogo, alguns serviços têm paradas técnicas, para a formação e mobilizações sociais nos bairros. Na região da subprefeitura de M'Boi são realizadas supervisões coletivas, com associações de bairro e outras organizações.

Indicou-se que a gestão do trabalho incorpore o reconhecimento dessas iniciativas e suas pautas, pois podem ser exemplos para outras experiências nascerem. SMADS deveria contar com um processo organizado de reflexão e educação permanente a partir dos serviços para superar as dificuldades de produção conhecimentos. Este processo permitiria ofertar às equipes paradas técnicas para formação mobilizadas desde o local de trabalho.

Essa formação deve se dar em caráter contínuo para que todos os trabalhadores ultrapassem a visão conservadora que perdura na cultura institucional cultivada ao longo dos anos esse processo exige que se discuta usos e costumes tradicionais que vem se expressando no SUAS.

As funções do trabalhador de nível médio na rede de serviços não têm caráter definido. A gestão do trabalho deve ter direção para tanto é preciso que esses trabalhadores tenham oportunidades de formação no trabalho desenvolvido. Recuperar essa linha de formação é importante porque esses profissionais são a linha de frente da política de assistência social em toda a rede de serviços. Formar grupos de estudo com trabalhadores de nível médio é uma estratégia significativa que poderá instalar um espaço-identidade definida para o nível médio.

PLANO DECENAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO – PDMASSp

Com tal direção burocrática administrativa há um afastamento da realidade da gestão de serviços socioassistenciais e com isto permanece oculto o sentido de proteção de assistência social na sua expressão concreta. A identidade da política permanece conceituada teoricamente o que a deixa fluída e heterogênea.

Foi criado em SMADS em 2003 o ESPASO-Espaço Público do Aprender Social com a finalidade de gerar o intercâmbio de saberes produzidos nas atenções. Todavia, a experiência não permaneceu com um fluxo de iniciativas na direção de sistematizar os conhecimentos e qualificação das práticas desenvolvidas. Essa descontinuidade terminou por não exercer força positiva dentre os trabalhadores de SMADS para superar as fragilidades quanto à concepção da política, seus serviços e suas finalidades desde a rede de serviços. Predomina seu reconhecimento no campo pragmático do providencialismo o que conflita com a necessidade de configurar o caráter contínuo do SUAS.

A formação para exercer as atenções e os serviços de proteção social especial é bastante conflagrada. É reforçado que os trabalhadores nesse campo precisam ter a clareza de que todo esse trabalho está afeto ao Sistema de Garantia de Direitos e não só as atenções que se vinculam aos conselhos tutelares. É preciso desenvolver o preparo para atender a situações diversas sobretudo no público LGBT.

Outra proposta que foi incentivada é de criação da alternativa de instalar paradas técnicas em serviços bem-sucedidos, cujo intercambio pode produzir processo intensivo de formação técnica e disseminação de conhecimento.

PLANO DECENAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO – PDMASSp

4.6 - Governança de Finanças e Orçamento

A assistência social é uma das espécies do gênero política social que tem por modelo de financiamento o pacto federativo na operação de um sistema único nacional. É política social, impulsionada pela CF-88, cogerida pelos três entes federativos. Tem, particularidade no conjunto da seguridade social da qual faz parte, pois opera com benefícios e com atenções providas por serviços. O financiamento de benefícios está centralizado no orçamento da União, operando pelo sistema financeiro com bancos públicos e de casas lotéricas. Os serviços socioassistenciais são de responsabilidade municipal independentemente se sua natureza é básica ou, especial de média ou alta complexidade. Os pequenos municípios devem contar com a reponsabilidade dos governos estaduais ao instalar serviços de proteção especial de abrangência regional.

Há nas políticas sociais de gestão federativa a aplicação do cofinanciamento entre os três entes, que operam por meio de fundos públicos e transferências entre os fundos dos três entes. A construção orçamentária da saúde, educação, e assistência social guarda algumas complexidades por partilharem recursos federativamente.

Pelos dados providos por SMADS não se configura o financiamento tripartite da assistência social na cidade de São Paulo entre os entes federativos. O financiamento federal é menor do que o estadual na cidade de São Paulo, e ambos correspondem a 11% do gasto em serviços. São Paulo deveria estar recebendo no mínimo mais 40 milhões, ou 20 milhões do ente federativo federal e mais 20 milhões do estadual.

PLANO DECENAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO – PDMASSp

Para além do montante não ser equilibrado entre os entes é de se registrar que o valor de financiamento dos serviços socioassistenciais no âmbito federal e estadual não contemplam o custo real praticado nesses serviços na cidade de São Paulo.

QUADRO 42 - PARÂMETROS DO CUSTO MÉDIO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA APLICADO ENTRE OS ENTES FEDERATIVOS. ESTUDO PARA O PDMSDSP PREPARADO POR SMADS.2016

Serviço proteção básica	Referência municipal – Custo médio per capita /mês R\$			Referência federal Custo médio per capita /mês R\$				Referência estadual Custo médio per capita /mês R\$			
	Mês	Hora	Meta	Piso	Hora	Meta	Equiva	Mês	Custo	Equiv	Meta
Padrão 22dias 4h/88h/m				Mês			lência por dia		Médio per capita/ho ra/mês	alênci a Dia de funcio name nto	
SCFV-CCA	347,67	3,95	73.100						R\$ 0,77	4,40	14.200
SCFV-CJ	378,99	4,74	7.530								1.560
SCFV-CCINTER	351,68	4,40	2.400	50,00	0,57	16.180	3,08				-
SCFV-CEDESP	561,87	7,02	11.380								-
SCFV- Circo Social	364,22	4,55	2.900					R\$ 68,06			-
SCFV-NCI	167,64	2,10	12.810								1.630
SASF	58,57	0,37									11.000
Serviço De Alimentação Domiciliar Para Pessoa Idosa	483,38		180								-
Restaurante Escola	1.078,86		60								-

LEGENDA – Título dos serviços e notas

- 1 - SEAS Federal: O custo apresentado é da equipe. Não referência de meta usuários por equipe.
- 2 - Custo per capita para C Acolhida 16h (segundo a referência MDS- para 50 pessoas/centro) é R\$ 905,58
- 3 -SCFV-CCA- Serviço Convivência e Fortalecimento de Vínculo- modalidade Centro para Criança e Adolescente
- 4 - SCFV-CJ- Serviço Convivência e Fortalecimento de Vínculo- modalidade Centro da Juventude
- 5 - SCFV-CC Inter- Serviço Convivência e Fortalecimento de Vínculo- modalidade Intergeracional